ATA Nº 2

Aos vinte e cinco dias do mês de junho, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se o júri designado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), pelo seu Despacho nº 16/2014, de 10 de fevereiro, para apreciação do processo com vista à atribuição do título de especialista na área de Ciências Empresariais – Contabilidade e Fiscalidade, requeridas pelo candidato Arlindo José Bernardo Dinis, no âmbito do acordo de associação estabelecido entre os Institutos Politécnicos de Tomar, Coimbra e Santarém, nos termos do Decreto Lei nº 206/2009 de 31 de Agosto e do Regulamento de atribuição do título de especialista do IPT e constituído pela Drª Maria da Conceição de Jesus Fortunato, Directora da Escola Superior de Gestão de Tomar, que preside, no uso de competência delegada através do Despacho n.º 7243/2013, publicado no DR. II Série, n.º 107, de 4 de junho de 2013 e pelos vogais Doutor Bruno José Machado de Almeida Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Doutora Carla Isabel Russo Vivas, Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém, Doutor Jorge Manuel Marques Simões, Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. Nelson Guerreiro e Dr. José Carlos Antunes Agostinho, personalidades de reconhecido mérito na área de Ciências Empresariais – Contabilidade e Fiscalidade.

A reunião teve como ponto único a realização das provas públicas constituídas pela apreciação e discussão do curriculum profissional do candidato e pela apresentação, apreciação critica e discussão de um trabalho de natureza profissional no âmbito da área em que são prestadas as provas, nos termos do disposto no art.º 5º alíneas a) e b) do Decreto-lei nº 206/2009 de 31 de agosto.

A Presidente do júri abriu a sessão, agradeceu a presença dos membros do júri, cumprimentou todos os presentes e explicou ao candidato e ao público presente como iriam decorrer as provas, convidando o candidato a iniciar a sua apresentação.

Foram abordadas pelo candidato todas as vertentes mencionadas no seu curriculum vitae, designadamente o percurso profissional e académico na área das provas.

Terminada a exposição, a Presidente deu a palavra ao primeiro arguente, Doutora Carla Isabel Russo Vivas, que agradeceu o convite para estar presente, tendo de seguida formulado algumas considerações sobre o curriculum do candidato e colocado várias questões às quais este deu resposta de imediato.

Seguidamente a Presidente deu a palavra ao segundo arguente, Doutor Jorge Manuel Marques Simões, que teceu algumas considerações sobre o curriculum do candidato, tendo-lhe colocado várias questões às quais este respondeu.

Posteriormente a Presidente do júri convidou os restantes membros a interpelarem o candidato sobre questões que pretendessem ver respondidas por este, a que os mesmos acederam. Seguiu-se um período em que foram feitas várias considerações e referências ao curriculum profissional do candidato, bem como formuladas questões, às quais o candidato respondeu.

Os elementos do júri declararam-se satisfeitos com as respostas dadas pelo candidato.

Não havendo mais questões a colocar, a sessão pública foi suspensa pelas doze horas.

Os trabalhos foram retomados, para a segunda prova, pelas catorze horas e trinta minutos.

A Presidente do júri convidou o candidato a iniciar a apresentação do seu trabalho de natureza profissional, intitulado "A localização das operações tributáveis em IVA".

Terminada a exposição, a Presidente deu a palavra ao arguente Doutor Bruno José Machado de Almeida, que procedeu à análise crítica do trabalho apresentado pelo candidato e inquiriu-o, quer sobre questões formais de elaboração do documento, quer sobre as atividades desenvolvidas, as quais tiveram resposta imediata por parte do candidato.

Seguidamente a Presidente convidou os restantes membros do Júri a interpelarem o candidato sobre questões que pretendessem ver respondidas por este, a que os mesmos acederam, seguindo-se um período em que foram feitas várias considerações e referências ao trabalho de natureza profissional do candidato, bem como formuladas questões, às quais o candidato respondeu.

Os elementos do júri declararam-se satisfeitos com as respostas dadas pelo candidato.

No final das intervenções, não havendo mais nenhuma questão a ser colocada ao candidato, a Presidente do Júri deu por concluídas as provas.

Interrompeu-se a sessão pública pelas dezasseis horas e trinta minutos.

De seguida, o Júri reuniu-se em sessão privada, a fim de se pronunciar sobre o mérito do candidato demonstrado nas provas, tendo deliberado por unanimidade, aprová-lo com base nos seguintes fundamentos:

- Qualidade do currículo profissional e académico do candidato, assim como do trabalho apresentado;
- Boa apresentação das provas pelo candidato;
- Clareza e domínio nas respostas dadas pelo candidato às questões colocadas pelo Júri;
- Experiência em ambiente profissional do candidato como uma mais valia para o ensino e formação;
- Capacidade de auto avaliação crítica.

Face à deliberação tomada, o Júri considerou que o candidato reúne todas as condições necessárias à posse do Título de Especialista na área de Ciências Empresariais – Contabilidade e Fiscalidade.

Pelas dezassete horas, em sessão pública, foi dado conhecimento ao candidato e ao público presente, da decisão do Júri.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, pelas dezassete horas e quinze minutos, da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros do júri.

Tomar, 25 de junho de 2014

O Presidente do júri

Drª Maria da Conceição de Jesus Fortunato

Os vogais,

Doutor Bruno José Machado de Almeida

Doutora Carla Isabel Russo Vivas

Doutor Jorge Manuel Marques Simões

Dr. Nelson Guerreiro

Dr. José Carlos Antunes Agostinho